



PREFEITURA DE ARAGUARI GABINETE DO PREFEITO



PROJETO DE LEI Nº 143/2016

“Autoriza a aquisição, por desapropriação, do imóvel que especifica em razão de socorro público em caso de calamidade, e dá outras providências.”

A Câmara Municipal de Araguari, Estado de Minas Gerais, aprova e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Município de Araguari, adquirir, por desapropriação, o imóvel localizado na Avenida Joaquim Aníbal, 677, Centro, com depressão de 3,00 metros abaixo do nível da Avenida Joaquim Aníbal.

Parágrafo único. O imóvel tem frente para a Avenida Joaquim Aníbal numa extensão de 10,00 metros; confrontando pelo lado direito com Aurélio Sícarí, numa extensão de 22,00 metros; pelo lado esquerdo com Nazareno Sícarí, numa extensão de 22,00 metros e pelo Fundo com a José Ferreira Alves, numa extensão de 10,00 metros, totalizando 220,00 m², registro 35.494. Livro 3-X, fls. 44, de 10 de abril de 1974.

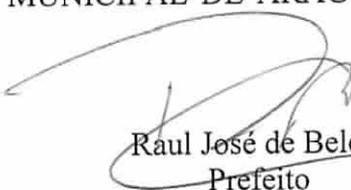
Art. 2º Para fins de pagamento da justa indenização, prévia e em dinheiro fica atribuído ao imóvel objeto da declaração de utilidade pública o valor total de R\$ 275.874,00 (duzentos e setenta e cinco mil oitocentos e setenta e quatro reais), conforme laudo de avaliação elaborado pela Comissão Permanente Avaliadora da Administração Municipal.

Art. 3º O Poder Executivo fica autorizada a promover, com recursos próprios, amigável ou judicialmente, a desapropriação parcial de que trata este decreto, podendo, inclusive, invocar o caráter de urgência para fins de imissão provisória na posse do imóvel a que se refere o artigo 1º deste Decreto, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 4º Correrão a conta das dotações próprias do orçamento do Município os gastos com a execução desta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI, Estado de Minas Gerais, em 11 de agosto de 2016.


Raul José de Belém
Prefeito


Braulino Borges Vieira
Secretário de Administração



PREFEITURA DE ARAGUARI GABINETE DO PREFEITO



JUSTIFICATIVA:

Excelentíssimo Senhor Presidente e Senhores Vereadores!

Estamos enviando a essa Casa Legislativa o incluso Projeto de Lei que “Autoriza a aquisição, por desapropriação, do imóvel que especifica em razão de socorro público em caso de calamidade, e dá outras providências”.

O Projeto de Lei solicita autorização para que o Município de Araguari possa adquirir o imóvel localizado na Rua Joaquim Aníbal, 677, por desapropriação, em face de socorro público, no caso de calamidade, visto que a família foi retirada do imóvel por recomendação do Corpo de Bombeiros do Estado de Minas Gerais em 02/02/2013 para sua própria segurança, visto que o imóvel ficou alagado, e houve a queda de muro, em razão da grande quantidade de águas pluviais que desceram até o local.

Ademais, a Coordenadoria de Defesa Civil de Araguari – COMDEC, em laudo datado de 18/03/2013, considerou que o imóvel não possui mais condições de uso, visto que a residência encontra-se em ponto de entroncamento das águas pluviais que descem da Rua Amapá com a Rua Joaquim Aníbal, tornando-se ponto de colisão entre as águas.

O imóvel foi declarado de utilidade pública pelo Decreto n. 076, de 28 de junho de 2016, conforme cópia que segue em anexo, publicado na Imprensa Oficial deste Município do dia 29/06/2016.

Como o inciso XIX do art. 15 da LOMA prevê que compete ao Município adquirir bens, inclusive mediante desapropriação, fazendo o pagamento justo e correto, em tempo hábil, à realidade do momento, após autorização legislativa.

É sabido que o Decreto de desapropriação, por si só não representa a imissão na posse do imóvel, pois esta somente será obtida através de acordo, na desapropriação amigável, ou mediante a concessão de liminar, na respectiva ação de desapropriação, a qual requer o depósito prévio do valor da avaliação, o que somente será possível, por força do disposto inciso XIX do art. 15 da LOMA, após a autorização legislativa.

Destarte, diante da importância dos objetivos consubstanciados neste Projeto de Lei, solicitamos à Vossas Excelências seja ele acolhido em todos os seus termos, para a sua pronta aprovação, o que desde já requiro que seja adotado em seus tramites o regime de urgência, com dispensa dos interstícios regimentais.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI, Estado de Minas Gerais em 11 de agosto de 2016.


Raul José de Belém
Prefeito



COMDEC

Coordenadoria Municipal de Defesa Civil
Araguari MG

LAUDO DE VISTORIA

Atesto para os devidos fins que a residência situada na Rua Joaquim Anibal, 677, encontra-se totalmente comprometida em seu perímetro externo, devido a forte correnteza que entrou na área e erodiu os acessos.

A residência situa-se em um ponto de entroncamento das águas pluviais que descem da Rua Amapá com a Rua Joaquim Anibal, tornando-se ponto de colisão entre estas águas.

Portanto, concluímos que a residência não se encontra em condições de uso.

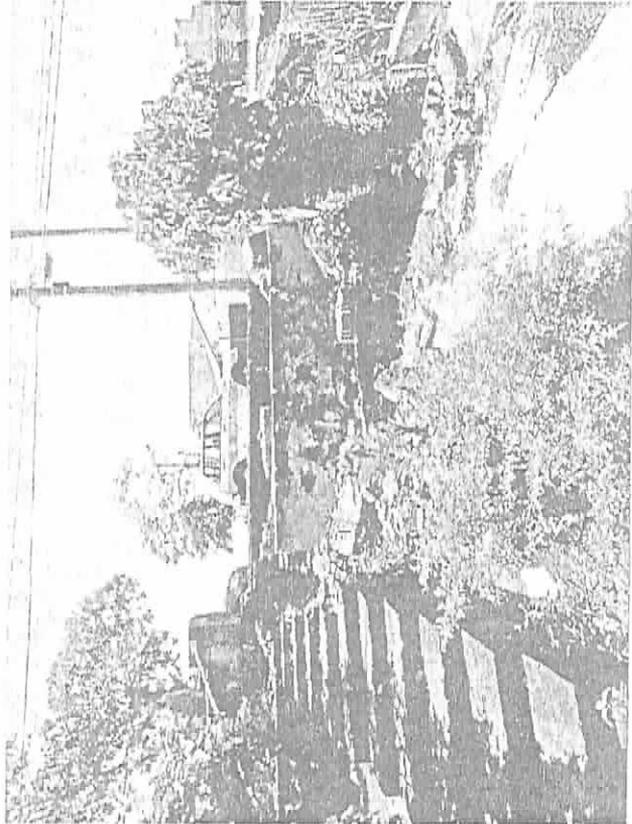
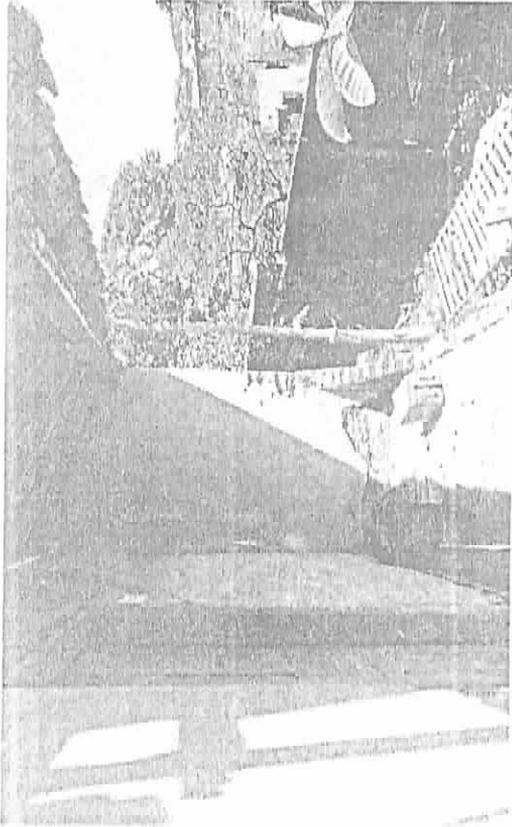
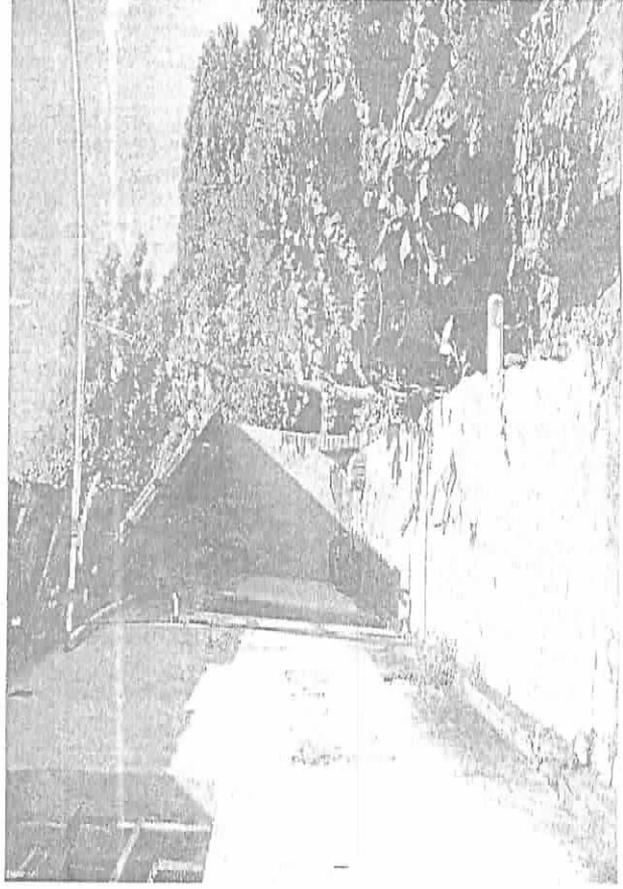
O presente relatório foi elaborado pelo profissional que o assina acompanhado da equipe técnica da COMDEC – Araguari (Coordenadoria Municipal de Defesa Civil), após visita realizada na data de 18/02/2013, e, que desde já assume total responsabilidade pelas informações ora prestadas.

E, por ser verdade, assinamos o presente em 02 vias de igual valor e teor.

Araguari, 18 de fevereiro de 2013.

Pedro da Costa Vieira - CREA MG 87.492 D
Engenheiro Civil – Sec. Obras da PMA

Wanderley Barroso de Farias
Coordenador COMDEC – Araguari MG



Relatório fotográfico — visita técnica residência Rua Joaquim Anibal



CORPO DE BOMBEIROS MILITAR - POLÍCIA CIVIL - POLÍCIA MILITAR

REDS 2013-00023065-001

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

BO NÚMERO

B4602-2013-0000548

Fl. 1/3



UNIDADE RESPONSÁVEL PELO REGISTRO 55BM/1CIA/8PEL (ARAGUARI)		MUNICÍPIO ARAGUARI	
UNIDADE DE ÁREA RESPONSÁVEL			
UNIDADE MILITAR 55BM/1CIA/8PEL (ARAGUARI)			
UNIDADE POLICIAL XXXXXX			
DESTINATÁRIO 55BM/1CIA/8PEL (ARAGUARI)		DATA DO REGISTRO 02/02/2013 19:27	
ORIGEM DA COMUNICAÇÃO			
COMO FO. SOLICITADO O ATENDIMENTO DA OCORRÊNCIA VIA CENTRO DE COMUNICAÇÕES		INTERCEPTAÇÃO XXXXXX	DATA DA COMUNICAÇÃO 02/02/2013
HORÁRIO DA COMUNICAÇÃO 17:35			
ORGÃO SOLICITANTE XXXXXX			
COD. OPERAÇÃO ORIGEM XXXXXX			
INTERCEPTAÇÃO XXXXXX			
DADOS DA OCORRÊNCIA			
PROVÁVEL DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA PRINCIPAL INUNDAÇÃO			
COD. PRINCIPAL R05001		ALVO DO EVENTO CASA	
DATA DO FATO 02/02/2013	HORÁRIO DO FATO 17:33	DATA/HORA DO INÍCIO DO ATENDIMENTO NO LOCAL 02/02/2013 17:41	HORÁRIO FINAL 18:20
COMPL. DE LOCAL IMEDIATO XXXX		COMPL. DE LOCAL IMEDIATO XXXX	
LOCAL (AV. RUA, ETC) AVENIDA JOAQUIM ANIBAL			
NÚMERO 677	KM XXXX	COMPLEMENTO XXXXXX	CEP XXXXXX
MUNICÍPIO ARAGUARI	UF MG	PAÍS BRASIL	
PORTO DE REFERÊNCIA XXXXXX		LATITUDE -18° 38' 38,0"	LONGITUDE -48° 11' 39,21"
TIPO LOCAL VIA URBANA			
LOCALIZAÇÃO DA OCORRÊNCIA PERÍMETRO URBANO		ESTRADAS / RODOVIAS PAVIMENTADA	
CAUSA PRESUMIDA ENCHENTES			
QUALIFICAÇÃO DOS ENVOLVIDOS			
ENVOLVIDO 1			
TIPO DE PESSOA FÍSICA		SEXO MASCULINO	TIPO ENVOLVIMENTO SOLICITANTE
NOME COMPLETO LUIZ SICARI			
NACIONALIDADE BRASILEIRA		DATA NASCIMENTO 08/10/1933	NATURALIDADE / UF BRODOWSKI / SP
IDADE APARENTE 79	GRAU DA LESÃO XXXX	ESTADO CIVIL VIUVO	
CUIA BRANCA		OCUPAÇÃO ATUAL XXXXXX	
SOLICITANTE / UF/DESAPARECIDO (A) XXXX			
MÃE LÚZIA CAMPIONI SICARI			
PAI NABARENO SICARI			
TIPO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO CARTEIRA DE IDENTIDADE CIVIL			
NÚMERO DOCUMENTO IDENTIDADE 549391	ORGÃO EXPEDIDOR SESP - SECRETARIA ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA	UF MG	CPF / CNPJ XXXXXX
ESCOLARIDADE ENSINO MÉDIO COMPLETO (2º GRAU)			
ENDEREÇO (AV. RUA, ETC) AVENIDA JOAQUIM ANIBAL		NÚMERO 677	KM XXXXX
COMPLEMENTO XXXXXX			
BAIRRO CENTRO	MUNICÍPIO ARAGUARI	UF MG	
PAÍS BRASIL	CEP XXXXXX	TELEFONE RESIDENCIAL XXXXXX	TELEFONE COMERCIAL XXXXXX

CITATÓRIO: 00000007

REGISTRO PENDENTE DE RECIBO ELETRÔNICO

SERVIDOR: 00000007

Consultar Sujeito a alterações até o dia 13/02/2013

01/02/2013 09:44



ENVOLVIDO 1

PRISÃO / APREENSÃO XXXX	HOUVE USO DE ALGEMAS / IMOBILIZAÇÃO DE ENVOLVIDOS XXX
----------------------------	--

ENVOLVIDO 2

TIPO DE PESSOA FÍSICA	SEXO MASCULINO	TIPO ENVOLVIMENTO TESTEMUNHA QUE PRESENCIOU OS FATOS
--------------------------	-------------------	---

NOME COMPLETO GINO SERGIO SICARI

NACIONALIDADE BRASILEIRA	DATA NASCIMENTO 03/05/1965	NATURALIDADE / UF ARAGUARI / MG
-----------------------------	-------------------------------	------------------------------------

IDADE APARENTE 47	GRAU DA LESÃO XXXX	ESTADO CIVIL CASADO
----------------------	-----------------------	------------------------

CORTE BRANCA	OCUPAÇÃO ATUAL XXXXXXX
-----------------	---------------------------

RELAÇÃO VÍTIMA / AUTOR XXXX

MÃE MARIA APARECIDA CRUZ SICARI

PAI LUIZ SICARI

TIPO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO CARTEIRA DE IDENTIDADE CIVIL
--

NÚMERO DOCUMENTO IDENTIDADE 3643092	ORGAO EXPEDIDOR SESP - SECRETARIA ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA	UF MG	CPF / CNPJ XXXXXX
--	--	----------	----------------------

ESCLARIDADE ENSINO MEDIO INCOMPLETO (2º GRAU)

ENDEREÇO (AV., RUA, ETC.) RUA ANTONIA MARIA DOS SANTOS INACIO	NÚMERO 129	KM XXXXX	COMPLEMENTO XXXXXX
--	---------------	-------------	-----------------------

BARRIO INDEPENDENCIA	MUNICIPIO ARAGUARI	UF MG
-------------------------	-----------------------	----------

PAIS BRASIL	CEP XXXXXX	TELEFONE RESIDENCIAL XXXXXX	TELEFONE COMERCIAL XXXXXX
----------------	---------------	--------------------------------	------------------------------

PRISÃO / APREENSÃO XXXX	HOUVE USO DE ALGEMAS / IMOBILIZAÇÃO DE ENVOLVIDOS ? XXX
----------------------------	--

HISTÓRICO DA OCORRÊNCIA

ATENDENDO SOLICITACAO UMA EQUIPE BM COMPOSTA PELOS MILITARES, SGT FERNANDO E SD RAFAEL, COMPARECERAM A RUA JOAQUIM ANIBAL, ONDE SEGUNDO O PROPRIETARIO, DEVIDO O GRANDE VOLUME DE CHUVA, QUE OCORREU NESTA DATA E SUA PENDENCIA ESTA LOCALIZADA EM UMA AREA , ONDE POR SER LOCAL INGREME E ENCONTRO DE AGUAS, VEIO A INUNDA, APROXIMADAMENTE VINTE CENTIMETROS (20CM) DE AGUA, DERRUBANDO UM MURO E MOLHANDO SEUS MOVEIS, A GUBM ORIENTOU O PROPRIETARIO E FAMILIA A PASSAR A NOITE DESTA DATA EM OUTRO LOCAL EVITANDO MAIORES ACIDENTES.

VIATURAS

VIATURA 1

TIPO DA VIATURA PRINCIPAL	ORGAO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
------------------------------	-------------------------------------

DESCRIÇÃO / OBSERVAÇÃO CAMIONETA -

PLACA HM10240	PRÉFIO DA VIATURA BM	REGISTRO GERAL 00598	PROBLEMAS DURANTE O ATENDIMENTO XXXXXX
------------------	-------------------------	-------------------------	---

DESCRIÇÃO DO PROBLEMA XXXXXX

MILITARES/POLICIAIS INTEGRANTES

MILITAR/POLICIAL INTEGRANTE

Nº VIATURA 1	MATRICULA 0990200	CARGO 2 SARGENTO
-----------------	----------------------	---------------------

NOME COMPLETO FERNANDO BATISTA DE SOUSA
--

CORPORACAO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR	NR VIATURA 1
--	-----------------

UNIDADE 5BBM/1CIA/8PEL (ARAGUARI)

MILITAR/POLICIAL INTEGRANTE

Nº VIATURA 1	MATRICULA 1551035	CARGO SOLDADO DE 1 CLASSE
-----------------	----------------------	------------------------------

NOME COMPLETO RAPHAEL BORGES VIEIRA
--

CORPORACAO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR	NR VIATURA 1
--	-----------------



MILITAR/POLICIAL INTEGRANTE

UNIDADE: SBDM/ICIA/BPEL (ARAGUARI)

DADOS PARA CONTROLE INTERNO/RELATOR DA OCORRÊNCIA

UNIDADE: SBDM/ICIA/BPEL (ARAGUARI)

MATRÍCULA 0990200	NOME COMPLETO FERNANDO BATISTA DE SOUSA
CARGO SARGENTO	
CORPORÇÃO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR	
ASSINATURA	

**RECIBO DA AUTORIDADE A QUE SE DESTINA OU SEU AGENTE / AUXILIAR POLICIAL
OU RECIBO DO RESPONSÁVEL CIVIL**

DESTINATÁRIO / RECIBO 1

Recebi o "Boletim de Ocorrência" de Número BO B4602-2013-0000548 e Número de REDS 2013-000238695-001 para conhecimento e providências, bem como as pessoas, materiais, objetos, animais, substâncias e/ ou documentos que, existindo, estejam descritos ou assinalados neste documento.

DATA XXXXXX	HORA XXXXX	MATRÍCULA XXXXXX	NOME XXXX
CARGO XXXXXX			
CORPORÇÃO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR/MG			
UNIDADE SBDM/ICIA/BPEL (ARAGUARI)			
ASSINATURA A SER TOMADA PELA AUTORIDADE XXXXXX			
ASSINATURA			

RECIBO PENDENTE

EMISSOR DO RECIBO POR 0990200 FERNANDO BATISTA DE SOUSA	DATA DE CRIAÇÃO DO RECIBO 02/03/2013 15:36
--	---

***** FIM DA OCORRÊNCIA. O RESTANTE DA PAGINA DEVE SER INUTILIZADO. *****

MEMORIAL DESCRITIVO E LEVANTAMENTO DE IMÓVEL



LOCALIZAÇÃO : Centro, Av Joaquim Aníbal, nº 677;

PROPRIETÁRIO : LUIS SICARI.

- MEMORIAL DESCRITIVO:

SITUAÇÃO ESCRITURAL: ÁREA E CONFRONTAÇÕES

CONFORME ESCRITURA PÚBLICA REG. 35.494, Lº 3-X, FLS. 44, DE 10.05.1974.

LOTE ÁREA : Área de 220,00 m²;

CONSTRUÍDA ÁREA: Não informada

FRENTE : 10,00 m, confrontando com Av Joaquim Aníbal ;

LADO ESQUERDO : 22,00 m, confrontando com Nazareno Sicari;

LADO DIREITO : 22,00 m, confrontando com Aurélio Sicari

FUNDOS : 10,00 m, confrontando com Jose Ferreira Alves.

SITUAÇÃO APURADA: ÁREA E CONFRONTAÇÕES

LOTE ÁREA : 478,00 m²;

CONSTRUÍDA ÁREA: 166,60 m²

FRENTE : 10,00 m, confrontando com Av Joaquim Aníbal ;

LADO ESQUERDO : 42,35 m, confrontando com Nazareno Sicari;

LADO DIREITO : 42,00 m, confrontando com Prefeitura Municipal de Araguari

FUNDOS : 12,00 m, confrontando com Jose Ferreira Alves.

- LEVANTAMENTO DE IMÓVEL:

DESCRIÇÃO: Trata-se de construção destinada a uso residencial, construída com tijolos furados, assentados em argamassa de cal, cimento e areia, revestido com reboco paulista, coberta com telhas de barro, piso misto em péssimo estado de conservação. Esquadrias com vidros quebrados, portas arrombadas e quebradas, instalações elétricas, hido-sanitárias e pinturas danificadas.

CONCLUSÃO: A construção encontra-se edificada em terreno cercado e suas laterais por lajotas baixas e comprometidas, tendo frente para via pública pavimentada, servida por redes de água, esgoto e energia elétrica. A edificação possui características de construção com mais de 40 anos, encontrando-se estruturalmente estável, porém internamente toda deteriorada e em péssimo estado de conservação, sem condições de ser utilizada por usuários.

PEDRO DA COSTA VIEIRA – CREA 87.492/D



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
COMARCA DE ARAGUARI
ESTADO DE MINAS GERAIS

173

CARTÓRIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS

Est

LUIZ ALBERTO DE FÁTIMA RODRIGUES

OFICIAL

Jairina Maria Peixoto Abranches
Substituta

Jose Manoel Renonde S. Martins Soares
Escrivente Substituto

Adriane Divina Rodvalho
Escrivente Substituta

RUA MARCIANO SANTOS, 864 - TELEFONE (34) 3241-1709

C E R T I D ã O

CERTIFICO, a pedido de parte interessada, que, revendo os livros do Cartório do Registro de Imóveis desta Comarca, a meu cargo, constatei que o Sr. LUIZ SÍCARI, viajante, portador do CPF: 061.517.526-00, domiciliado nesta cidade, é proprietário DE UMA (01) CASA RESIDENCIAL, situada nesta cidade, na Av. Joaquim Anibal, nº. 677, e o respectivo terreno com área de 220,00 metros quadrados, medindo 10,00 metros nas linhas de frente e de fundo, por 22,00 metros nas linhas laterais, confrontando pelo lado direito com Aurélio Sícari, pelo lado esquerdo com Nazareno Sícari e pelos fundos com José Ferreira Alves, havido por compra a Associação de Poupança e Empréstimo do Triângulo Mineiro - APETRIM, conforme registro 35.494, Livro 3-X, fls. 44, em 10 de Abril de 1.974.

O referido é verdade e dou fé. - ARAGUARI, Cartório do Registro de Imóveis, em trinta (30) de junho de dois mil e quinze (2.015).

Adriane Divina Rodvalho.
- OFICIAL DO REGISTRO DE IMÓVEIS -





PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI
MINAS GERAIS

ALVARÁ N.º 19.107.

O presente alvará deverá ser conservado no local das obras, afim de ser apresentado aos fiscais que o exigirem.

Pelo presente alvará, por mim assinado, concedo licença ao Sr. LUIZ SICARI, conforme requereu, para habitar o prédio / residencial de sua propriedade, - recentemente legalizado, - situado à Avenida Joaquim Aníbal, nº 677, (Zona Urbana), nesta cidade, - de acôrdo co os pareceres favoráveis da Seção de Cadastro Geral, - da Secretaria de Viação e Obras Públicas desta Prefeitura Municipal e do Centro de Saúde local.-

Para os devidos fins, o requerente pagou tôdas as taxas e emolumentos, conforme conhecimento nº 2587, expedido pelo Serviço de Fazenda, em 12.11.69.

Processo nº 26.159 - Arquivo 34 C - 1.969.

.....

Para seu documento, dá-se-lhe êste que só terá vigor depois da registrado no livro próprio da Secretaria da Prefeitura.

Dado e passado na Secretaria da Prefeitura Municipal em 12 de novembro de 1.969.

Ho.. _____ Auxiliar-Datilógrafo que o datilografou.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI, ESTADO DE MINAS GERAIS, em 12 de novembro de 1.969.

Registrado a fl. 242 do livro
n.º 75 da Secretaria, em
12 / 11 / 69
éam/lr

11

Araguari, 16 de Julho de 2015



Ilmo. Sr.

Odon Queirós Naves

DD. Secretário de Obras

Prefeitura Municipal de Araguari-MG

Senhor Secretário:

Conforme solicitação do DD. Procurador Geral do Município, Sr. Leonardo Furtado Borelli, em reunião conjunta, a Comissão Permanente de Vistoria e Avaliação da Prefeitura Municipal de Araguari-MG, apresenta o Laudo de Vistoria e Avaliação do imóvel sinistrado situado à Avenida Joaquim Anibal, nº 677, fundos, para determinar o seu valor comercial atualizado, considerando a casa residencial em bom estado de conservação e uso antes do sinistro a ser desapropriada amigavelmente.



A- Terreno

O terreno está situado à Avenida Joaquim Anibal, nº 677, centro, com depressão de 3,00 ml abaixo do nível da Avenida Joaquim Anibal.

O terreno é plano, seco, de forma retangular, cercado apenas pelo fundo com muro de tijolos. O terreno tem infraestrutura completa e situação privilegiada servida por avenidas, praças ajardinadas, colégios, farmácias, áreas de lazer e comércio. Vizinhança de ótima qualidade, oferecendo alegria e bem estar onde desfruta de grandes amigos há vários anos. O terreno apresenta as seguintes confrontações e medidas:

Frente:

Com a Avenida Joaquim Anibal, nº 677, numa extensão de 10,00 ml;

Lado direito:

Com Aurélio Sícaro, numa extensão de 22,00 ml;

Lado esquerdo:

Com Nazareno Sícaro, numa extensão de 22,00 ml;

Fundo:

Com José Ferreira Alves, numa extensão de 10,00 ml.

Área Total: 220,00 m²



B- Casa Residencial

Existem no local os escombros de uma casa residencial destruída pela correnteza de chuvas torrenciais, tudo indicando que se tratava de uma residência com os seguintes acabamentos: alicerces em concreto simples, afastada do alinhamento, com paredes em alvenaria de tijolos revestidos de argamassa mista, tendo laje de concreto impermeabilizante. Forro de PVC, cobertura com telhas de cerâmica e madeiramento de lei. Pisos de cerâmica na cozinha, sanitários e áreas de serviço. Tacos de madeira nos demais cômodos. Azulejos na cozinha, sanitários, bem como nas áreas de serviço. Portas de madeira de lei nos diversos cômodos. Portas externas e janelas de *metalon* pintados em esmalte sintético. Instalações hidráulicas e elétricas embutidas, com tomadas e interruptores nos diversos cômodos. Pintura de paredes externas e internas com tinta lavável em cores. Pintura das esquadrias com tinta na base de esmalte sintético em cores. Tudo indica que a casa estava antes do sinistro em bom estado de conservação e uso.

Observação importante: O imóvel foi avaliado como se estivesse quase novo, em perfeitas condições de conservação e uso.

Área total construída: 166,60 m²

C-Avaliação

Para determinar o valor do imóvel, foi usado o MÉTODO COMPARATIVO, aprovado pela ABNT e mediante os valores de vendas recentes de imóveis semelhantes nas vizinhanças.

Terreno com: 220,00 m² à..... R\$ 580,00/m² **R\$ 127.600,00**

Casa com: 166,60 m² à..... R\$ 890,00/m² **R\$ 148.274,00**

Soma **R\$ 275.874,00**



Consideramos para o imóvel o valor total de R\$ 275.874,00 (duzentos e setenta e cinco mil oitocentos e setenta e quatro reais).

Concluídos os trabalhos técnicos solicitados, formulamos sinceras e cordiais saudações.

Observação importante: Na avaliação do imóvel a ser desapropriado amigavelmente, foi considerado como novo em perfeita condições de habitação e uso.

Atenciosamente

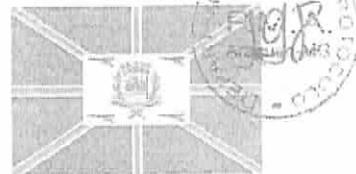
Gabriel Veloso de Araújo
(1745/D-CREA-MG)

Cairo Antônio Henriques
(24.629/TD-CREA-MG)

Waldomiro Flores Junior
(Advogado)



PREFEITURA DE ARAGUARI
GABINETE DO PREFEITO



DECRETO Nº 076, de 28 de junho de 2016.

“Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que especifica em razão de socorro público em caso de calamidade, e dá outras providências”.

O Prefeito Municipal de Araguari, no uso da atribuição que lhe confere o art. 71, inciso V, da Lei Orgânica do Município de Araguari, e tendo em vista o disposto no Decreto-Lei n.º 3.365 de 21 de junho de 1941 e,

CONSIDERANDO o que consta no Processo Administrativo nº 4.137/13;

CONSIDERANDO que a família foi retirada do imóvel localizado na Rua Joaquim Aníbal, 677 por recomendação do Corpo de Bombeiros do Estado de Minas Gerais em 02/02/2013 para sua própria segurança, visto que o imóvel ficou alagado, e houve a queda de muro, em razão da grande quantidade de águas pluviais que desceram até o local;

CONSIDERANDO que a Coordenadoria de Defesa Civil de Araguari – COMDEC, em laudo datado de 18/03/2013, considerou que o imóvel não possui condições de uso, visto que a residência encontra-se em ponto de entroncamento das águas pluviais que descem da Rua Amapá com a Rua Joaquim Aníbal, tornando-se ponto de colisão entre as águas;

CONSIDERANDO que o Município de Araguari vem pagando aluguel social a Luis Sícarí desde que a família foi retirada do imóvel;

CONSIDERANDO ser recomendado que cessem os pagamentos do benefício de aluguel social, ainda que o § 5º do art. 14 da Lei n. 4.377, de 12 de dezembro de 2007, com a redação que lhe deu a Lei n. 5.276, de 4 de novembro de 2013, autorize que sendo o caso de desapropriação por necessidade pública, na hipótese de risco iminente de desabamento, a concessão do benefício eventual de aluguel temporário poderá se dar por prazo superior a 12 (doze) meses até que haja o pagamento da justa indenização prévia e em dinheiro, com recursos próprios do Município de Araguari,

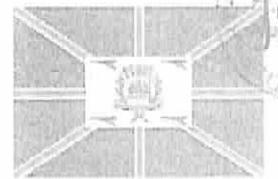
DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, em razão de socorro público em caso de calamidade, o imóvel localizado na Avenida Joaquim Aníbal, 677, Centro, com depressão de 3,00 metros abaixo do nível da Avenida Joaquim Aníbal.

Parágrafo único. O imóvel tem frente para a Avenida Joaquim Aníbal numa extensão de 10,00 metros; confrontando pelo lado direito com Aurélio Sícarí, numa extensão de 22,00 metros; pelo lado esquerdo com Nazareno Sícarí, numa extensão de



PREFEITURA DE ARAGUARI GABINETE DO PREFEITO



22,00 metros e pelo Fundo com a José Ferreira Alves, numa extensão de 10,00 metros, totalizando 220,00 m², registro 35.494. Livro 3-X, fls. 44, de 10 de abril de 1974.

Art. 2º Para fins de pagamento da justa indenização, prévia e em dinheiro fica atribuído ao imóvel objeto da declaração de utilidade pública o valor total de R\$ 275.874,00 (duzentos e setenta e cinco mil oitocentos e setenta e quatro reais), conforme laudo de avaliação elaborado pela Comissão Permanente Avaliadora da Administração Municipal.

Art. 3º O Poder Executivo fica autorizada a promover, com recursos próprios, amigável ou judicialmente, a desapropriação parcial de que trata este decreto, podendo, inclusive, invocar o caráter de urgência para fins de imissão provisória na posse do imóvel a que se refere o artigo 1º deste Decreto, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

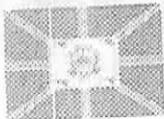
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI, Estado de Minas Gerais, em 28 de junho de 2016.



Raul José de Belém
Prefeito



Renato Antônio Vieira da Cunha
Secretário de Obras



SAE

SUPERINTENDÊNCIA
DE ÁGUA E ESGOTO

**RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE
DE LICITAÇÃO SAE – SUPERINTEN-
DÊNCIA DE ÁGUA E ESGOTO –
ARAGUARI – MG**

**Ratifica o ato de Inexigibilidade de Licitação
nº 003/2016 no caso mencionado**

Conforme encaminhamento e requisição interna de Contratação RATIFICO, nos termos do artigo 26 da Lei 8.666/93, o presente ato de Inexigibilidade de Licitação supra mencionado, que se destina à CONTRATAÇÃO DIRETA COM A EMPRESA EBARA – INDÚSTRIAS MECÂNICAS E COMÉRCIO LTDA, OBJETIVANDO A REFORMA DE 35 (TRINTA E CINCO) CONJUNTOS DE MOTO BOMBAS SUBMERSAS DA MARCA “EBARA” PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DE SUBSTITUIÇÃO E MANUTENÇÃO DOS POÇOS SEMI-ARTESIANOS DA SAE, QUE SÃO RESPONSÁVEIS DIRETOS PELA PRODUÇÃO DE ÁGUA DE TODO MUNICÍPIO DE ARAGUARI.

Araguari (MG), 20 de junho de 2016.

JOSÉ FLÁVIO DE LIMA NETO
Superintendente - SAE



PREFEITURA MUNICIPAL
DE ARAGUARI



DECRETO Nº 076, de 28 de junho de 2016

“Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que especifica em razão de socorro público em caso de calamidade, e dá outras providências”.

O Prefeito Municipal de Araguari, no uso da atribuição que lhe confere o art. 71, inciso V, da Lei Orgânica do Município de Araguari, e tendo em vista o disposto no Decreto-Lei n.º 3.365 de 21 de junho de 1941 e,

CONSIDERANDO o que consta no Processo Administrativo nº 4.137/13;

CONSIDERANDO que a família foi retirada do imóvel localizado na Rua Joaquim Aníbal, 677 por recomendação do Corpo de Bombeiros do Estado de Minas Gerais em 02/02/2013 para sua própria segurança, visto que o imóvel ficou alagado, e houve a queda de muro, em razão da grande quantidade de água que desceram até o local;

que descem da Rua Amapá com a Rua Joaquim Aníbal, tornando-se ponto de colisão entre as águas;

CONSIDERANDO que o Município de Araguari vem pagando aluguel social a Luis Sícarí desde que a família foi retirada do imóvel;

CONSIDERANDO ser recomendado que cessem os pagamentos do benefício de aluguel social, ainda que o § 5º do art. 14 da Lei n. 4.377, de 12 de dezembro de 2007, com a redação que lhe deu a Lei n. 5.276, de 4 de novembro de 2013, autorize que sendo o caso de desapropriação por necessidade pública, na hipótese de risco iminente de desabamento, a concessão do benefício eventual de aluguel temporário poderá se dar por prazo superior a 12 (doze) meses até que haja o pagamento da justa indenização prévia e em dinheiro, com recursos próprios do Município de Araguari,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, em razão de socorro público em caso de calamidade, o imóvel localizado na Avenida Joaquim Aníbal, 677, Centro, com depressão de 3,00 metros abaixo do nível da Avenida Joaquim Aníbal.

Parágrafo único. O imóvel tem frente para a Avenida Joaquim Aníbal numa extensão de 10,00 metros; confrontando pelo lado direito com Aurélio Sícarí, numa extensão de 22,00 metros; pelo lado esquerdo com Nazareno Sícarí, numa extensão de 22,00 metros e pelo Fundo com a José Ferreira Alves, numa extensão de 10,00 metros, totalizando 220,00 m², registro 35.494. Livro 3-X, fls. 44, de 10 de abril de 1974.

Art. 2º Para fins de pagamento da justa indenização, prévia e em dinheiro fica atribuído ao imóvel objeto da declaração de utilidade pública o valor total de R\$ 275.874,00 (duzentos e setenta e cinco mil oitocentos e setenta e quatro reais), conforme laudo de avaliação elaborado pela Comissão Permanente Avaliadora da Administração Municipal.

Art. 3º O Poder Executivo fica autorizada a promover, com recursos próprios, amigável ou judicialmente, a desapropriação parcial de que trata este decreto, podendo, inclusive, invocar o caráter de urgência para fins de imissão provisória na posse do imóvel a que se refere o artigo 1º deste Decreto, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI,
Estado de Minas Gerais, em 28 de junho de 2016.

CODE PNEUS



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO-LEI Nº 3.365, DE 21 DE JUNHO DE 1941.

Texto Compilado

Vigência

Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública.

(Vide ADI nº 2.260-1, de 2000)

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta :

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A desapropriação por utilidade pública regular-se-á por esta lei, em todo o território nacional.

Art. 2º Mediante declaração de utilidade pública, todos os bens poderão ser desapropriados pela União, pelos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios.

§ 1º A desapropriação do espaço aéreo ou do subsolo só se tornará necessária, quando de sua utilização resultar prejuízo patrimonial do proprietário do solo.

~~§ 2º Os bens do domínio dos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios poderão ser desapropriados pela União, e os dos Municípios pelos Estados, mas, em qualquer caso, ao ato deverá preceder autorização legislativa.~~

~~§ 2º Será exigida autorização legislativa para a desapropriação dos bens de domínio dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal pela União e dos bens de domínio dos Municípios pelos Estados. (Redação dada pela Medida Provisória nº 700, de 2015) Vigência encerrada~~

§ 2º Os bens do domínio dos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios poderão ser desapropriados pela União, e os dos Municípios pelos Estados, mas, em qualquer caso, ao ato deverá preceder autorização legislativa.

~~§ 2º A Será dispensada a autorização legislativa a que se refere o § 2º quando a desapropriação for realizada mediante acordo entre os entes federativos, no qual serão fixadas as respectivas responsabilidades financeiras quanto ao pagamento das indenizações correspondentes. (Incluído pela Medida Provisória nº 700, de 2015) Vigência encerrada~~

§ 3º É vedada a desapropriação, pelos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios de ações, cotas e direitos representativos do capital de instituições e empresas cujo funcionamento dependa de autorização do Governo Federal e se subordine à sua fiscalização, salvo mediante prévia autorização, por decreto do Presidente da República. (Incluído pelo Decreto-lei nº 856, de 1969)

~~Art. 3º Os concessionários de serviços públicos e os estabelecimentos de caráter público ou que exerçam funções delegadas de poder público poderão promover desapropriações mediante autorização expressa, constante de lei ou contrato.~~

~~Art. 3º Poderão promover a desapropriação mediante autorização expressa constante de lei ou contrato: (Redação dada pela Medida Provisória nº 700, de 2015) Vigência encerrada~~

~~I os concessionários, inclusive aqueles contratados nos termos da Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, permissionários, autorizatários e arrendatários; (Incluído pela Medida Provisória nº 700, de 2015) Vigência encerrada~~

~~II as entidades públicas; (Incluído pela Medida Provisória nº 700, de 2015) Vigência encerrada~~

~~III as entidades que exerçam funções delegadas do Poder Público; e (Incluído pela Medida Provisória nº 700, de 2015) Vigência encerrada~~

~~IV o contratado pelo Poder Público para fins de execução de obras e serviços de engenharia sob os regimes de empreitada por preço global, empreitada integral e contratação integrada. (Incluído pela Medida Provisória nº 700, de 2015) Vigência encerrada~~

~~Parágrafo único. Na hipótese prevista no inciso IV do caput, o edital deverá prever expressamente: (Incluído pela Medida Provisória nº 700, de 2015) Vigência encerrada~~

~~I o responsável por cada fase do procedimento expropriatório; (Incluído pela Medida Provisória nº 700, de 2015) Vigência encerrada~~

~~II o orçamento estimado para sua realização; e (Incluído pela Medida Provisória nº 700, de 2015) Vigência encerrada~~

~~III a distribuição objetiva de riscos entre as partes, incluído o risco pela variação de custo das desapropriações em relação ao orçamento estimado. (Incluído pela Medida Provisória nº 700, de 2015) Vigência encerrada~~

Art. 3º Os concessionários de serviços públicos e os estabelecimentos de caráter público ou que exerçam funções delegadas de poder público poderão promover desapropriações mediante autorização expressa, constante de lei ou contrato.

Art. 4º A desapropriação poderá abranger a área contígua necessária ao desenvolvimento da obra a que se destina, e as zonas que se valorizarem extraordinariamente, em consequência da realização do serviço. Em qualquer caso, a declaração de utilidade pública deverá compreendê-las, mencionando-se quais as indispensáveis à continuação da obra e as que se destinam à revenda.

~~Parágrafo único. Quando a desapropriação destinar-se à urbanização ou à reurbanização realizada mediante concessão ou parceria público-privada, o edital de licitação poderá prever que a receita decorrente da revenda ou utilização imobiliária integre projeto associado por conta e risco do concessionário, garantido ao poder concedente no mínimo o ressarcimento dos desembolsos com indenizações, quando estas ficarem sob sua responsabilidade. (Incluído pela Lei nº 12.873, de 2013)~~

~~Parágrafo único. Quando a desapropriação executada pelos autorizados a que se refere o art. 3º destinar-se a planos de urbanização, de renovação urbana ou de parcelamento ou reparcelamento do solo, previstos no Plano Diretor, o edital de licitação poderá prever que a receita decorrente da revenda ou da utilização imobiliária integre projeto associado por conta e risco do contratado, garantido ao Poder Público responsável pela contratação, no mínimo, o ressarcimento dos desembolsos com indenizações, quando estas ficarem sob sua responsabilidade. (Redação dada pela Medida Provisória nº 700, de 2015) Vigência encerrada~~

Parágrafo único. Quando a desapropriação destinar-se à urbanização ou à reurbanização realizada mediante concessão ou parceria público-privada, o edital de licitação poderá prever que a receita decorrente da revenda ou utilização imobiliária integre projeto associado por conta e risco do concessionário, garantido ao poder concedente no mínimo o ressarcimento dos desembolsos com indenizações, quando estas ficarem sob sua responsabilidade. (Incluído pela Lei nº 12.873, de 2013)

~~Art. 4º A. Quando o imóvel a ser desapropriado estiver ocupado coletivamente por assentamentos sujeitos a regularização fundiária de interesse social, nos termos do inciso VII do caput do art. 47 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, o ente expropriante deverá prever, no planejamento da ação de desapropriação, medidas compensatórias. (Incluído pela Medida Provisória nº 700, de 2015) Vigência encerrada~~

~~§ 1º Para fins do disposto no caput, não serão caracterizados como assentamentos sujeitos a regularização fundiária de interesse social aqueles localizados em Zona Especial de Interesse Social de área vazia destinada à produção habitacional, nos termos do Plano Diretor ou de lei municipal específica. (Incluído pela Medida Provisória nº 700, de 2015) Vigência encerrada~~

~~§ 2º As medidas compensatórias a que se refere o caput incluem a realocação de famílias em outra unidade habitacional, a indenização de benfeitorias ou a compensação financeira suficiente para assegurar o restabelecimento da família em outro local, exigindo-se, para este fim, o prévio cadastramento dos ocupantes. (Incluído pela Medida Provisória nº 700, de 2015) Vigência encerrada~~

~~§ 3º Poderá ser equiparada à família ou à pessoa de baixa renda aquela não proprietária que, por sua situação fática específica, apresente condição de vulnerabilidade, conforme definido pelo expropriante. (Incluído pela Medida Provisória nº 700, de 2015) Vigência encerrada~~

Art. 5º Consideram-se casos de utilidade pública:

- a) a segurança nacional;
- b) a defesa do Estado;
- c) o socorro público em caso de calamidade;
- d) a salubridade pública;
- e) a criação e melhoramento de centros de população, seu abastecimento regular de meios de subsistência;
- f) o aproveitamento industrial das minas e das jazidas minerais, das águas e da energia hidráulica;
- g) a assistência pública, as obras de higiene e decoração, casas de saúde, clínicas, estações de clima e fontes medicinais;
- h) a exploração ou a conservação dos serviços públicos;

~~i) a abertura, conservação e melhoramento de vias ou logradouros públicos; a execução de planos de urbanização; o loteamento de terrenos edificados ou não para sua melhor utilização econômica, higiênica ou estética;~~

~~j) a abertura, conservação e melhoramento de vias ou logradouros públicos; a execução de planos de urbanização; o loteamento de terreno, edificados ou não, para sua melhor utilização econômica, higiênica ou estética; a construção ou ampliação de distritos industriais. (Redação dada pela Lei nº 6.602, de 1978)~~

i) a abertura, conservação e melhoramento de vias ou logradouros públicos; a execução de planos de urbanização; o parcelamento do solo, com ou sem edificação, para sua melhor utilização econômica, higiênica ou estética; a construção ou ampliação de distritos industriais; (Redação dada pela Lei nº 9.785, de 1999)

j) o funcionamento dos meios de transporte coletivo;

k) a preservação e conservação dos monumentos históricos e artísticos, isolados ou integrados em conjuntos urbanos ou rurais, bem como as medidas necessárias a manter-lhes e realçar-lhes os aspectos mais valiosos ou característicos e, ainda, a proteção de paisagens e locais particularmente dotados pela natureza;

l) a preservação e a conservação adequada de arquivos, documentos e outros bens moveis de valor histórico ou artístico;

m) a construção de edifícios públicos, monumentos comemorativos e cemitérios;

n) a criação de estádios, aeródromos ou campos de pouso para aeronaves;

o) a reedição ou divulgação de obra ou invento de natureza científica, artística ou literária;

p) os demais casos previstos por leis especiais.

§ 1º - A construção ou ampliação de distritos industriais, de que trata a alínea *i* do *caput* deste artigo, inclui o loteamento das áreas necessárias à instalação de indústrias e atividades correlatas, bem como a revenda ou locação dos respectivos lotes a empresas previamente qualificadas (Incluído pela Lei nº 6.602, de 1978)

§ 2º - A efetivação da desapropriação para fins de criação ou ampliação de distritos industriais depende de aprovação, prévia e expressa, pelo Poder Público competente, do respectivo projeto de implantação". (Incluído pela Lei nº 6.602, de 1978)

§ 3º Ao imóvel desapropriado para implantação de parcelamento popular, destinado às classes de menor renda, não se dará outra utilização nem haverá retrocessão. (Incluído pela Lei nº 9.785, de 1999)

~~§ 4º Os bens desapropriados para fins de utilidade pública e os direitos decorrentes da respectiva imissão na posse poderão ser alienados a terceiros, locados, cedidos, arrendados, outorgados em regimes de concessão de direito real de uso, de concessão comum ou de parceria público-privada e ainda transferidos como integralização de fundos de investimento ou sociedades de propósito específico. (Incluído pela Medida Provisória nº 700, de 2015) — Vigência encerrada~~

~~§ 5º Aplica-se o disposto no § 4º nos casos de desapropriação para fins de execução de planos de urbanização, de renovação urbana ou de parcelamento ou reparcelamento do solo, desde que seja assegurada a destinação prevista no referido plano de urbanização ou de parcelamento de solo. (Incluído pela Medida Provisória nº 700, de 2015) Vigência encerrada~~

~~§ 6º C comprovada a inviabilidade ou a perda objetiva de interesse público em manter a destinação do bem prevista no Decreto expropriatório, o expropriante deverá adotar uma das seguintes medidas, nesta ordem de preferência: (Incluído pela Medida Provisória nº 700, de 2015) Vigência encerrada~~

~~I — destinar a área não utilizada para outra finalidade pública; ou (Incluído pela Medida Provisória nº 700, de 2015) Vigência encerrada~~

~~II — alienar o bem a qualquer interessado, na forma prevista em lei, assegurado o direito de preferência à pessoa física ou jurídica desapropriada. (Incluído pela Medida Provisória nº 700, de 2015) Vigência encerrada~~

~~§ 7º No caso de desapropriação para fins de execução de planos de urbanização, de renovação urbana ou de parcelamento ou reparcelamento do solo, as diretrizes do plano de urbanização ou de parcelamento do solo deverão estar previstas no Plano Diretor, na legislação de uso e ocupação do solo ou em lei municipal específica. (Incluído pela Medida Provisória nº 700, de 2015) Vigência encerrada~~

Art. 6º A declaração de utilidade pública far-se-á por decreto do Presidente da República, Governador, Interventor ou Prefeito.

~~Art. 7º Declarada a utilidade pública, ficam as autoridades administrativas autorizadas a penetrar nos prédios compreendidos na declaração, podendo recorrer, em caso de oposição, ao auxílio de força policial. Àquele que for molestado por excesso ou abuso de poder, cabe indenização por perdas e danos, sem prejuízo da ação penal.~~

~~Art. 7º Declarada a utilidade pública, ficam as autoridades administrativas do expropriante ou seus representantes autorizados a ingressar nas áreas compreendidas na declaração, inclusive para realizar inspeções e levantamentos de campo, podendo recorrer, em caso de resistência, ao auxílio de força policial. (Redação dada pela Medida Provisória nº 700, de 2015) Vigência encerrada~~

~~Parágrafo único. Em caso de dano por excesso ou abuso de poder ou originário das inspeções e levantamentos de campo realizados, cabe indenização por perdas e danos, sem prejuízo da ação penal. (Incluído pela Medida Provisória nº 700, de 2015) Vigência encerrada~~

Art. 7º Declarada a utilidade pública, ficam as autoridades administrativas autorizadas a penetrar nos prédios compreendidos na declaração, podendo recorrer, em caso de oposição, ao auxílio de força policial.

Àquele que for molestado por excesso ou abuso de poder, cabe indenização por perdas e danos, sem prejuízo da ação penal.

Art. 8º O Poder Legislativo poderá tomar a iniciativa da desapropriação, cumprindo, neste caso, ao Executivo, praticar os atos necessários à sua efetivação.

Art. 9º Ao Poder Judiciário é vedado, no processo de desapropriação, decidir se se verificam ou não os casos de utilidade pública.

Art. 10. A desapropriação deverá efetivar-se mediante acordo ou intentar-se judicialmente, dentro de cinco anos, contados da data da expedição do respectivo decreto e findos os quais este caducará. (Vide Decreto-lei nº 9.282, de 1946)

Neste caso, somente decorrido um ano, poderá ser o mesmo bem objeto de nova declaração.

Parágrafo único. Extingue-se em cinco anos o direito de propor ação que vise a indenização por restrições decorrentes de atos do Poder Público. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.183-56, de 2001)

DO PROCESSO JUDICIAL

Art. 11. A ação, quando a União for autora, será proposta no Distrito Federal ou no foro da Capital do Estado onde for domiciliado o réu, perante o juízo privativo, se houver; sendo outro o autor, no foro da situação dos bens.

Art. 12. Somente os juizes que tiverem garantia de vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de vencimentos poderão conhecer dos processos de desapropriação.

Art. 13. A petição inicial, além dos requisitos previstos no Código de Processo Civil, conterà a oferta do preço e será instruída com um exemplar do contrato, ou do jornal oficial que houver publicado o decreto de desapropriação, ou cópia autenticada dos mesmos, e a planta ou descrição dos bens e suas confrontações.

Parágrafo único. Sendo o valor da causa igual ou inferior a dois contos de réis (2:000\$0), dispensam-se os autos suplementares.

Art. 14. Ao despachar a inicial, o juiz designará um perito de sua livre escolha, sempre que possível, técnico, para proceder à avaliação dos bens.

Parágrafo único. O autor e o réu poderão indicar assistente técnico do perito.

Art. 15. Se o expropriante alegar urgência e depositar quantia arbitrada de conformidade com o art. 685 do Código de Processo Civil, o juiz mandará imití-lo provisoriamente na posse dos bens;

~~Parágrafo único. Mediante o depósito de quantia igual ao máximo da indenização prevista no parágrafo único de art. 27, a imissão de posse poderá dar-se independente da citação do réu".~~ (Incluído pelo Decreto-lei nº 4.152, de 1942)

~~Parágrafo único. Mediante depósito de quantia igual ao máximo da indenização prevista no parágrafo único do art. 27, se a propriedade estiver sujeita ao imposto predial, ou de quantia correspondente ao valor lançado para a cobrança ao imposto territorial, urbano ou rural, proporcional à área exproprianda, a imissão de posse poderá dar-se independente da citação do réu.~~ (Redação dada pelo Decreto-lei nº 9.811, de 1946) (Revogado pela Lei nº 2.786, de 1956)

§ 1º A imissão provisória poderá ser feita, independente da citação do réu, mediante o depósito: (Incluído pela Lei nº 2.786, de 1956)

a) do preço oferecido, se este fôr superior a 20 (vinte) vezes o valor locativo, caso o imóvel esteja sujeito ao imposto predial; (Incluída pela Lei nº 2.786, de 1956)

b) da quantia correspondente a 20 (vinte) vezes o valor locativo, estando o imóvel sujeito ao imposto predial e sendo menor o preço oferecido; (Incluída pela Lei nº 2.786, de 1956)

c) do valor cadastral do imóvel, para fins de lançamento do imposto territorial, urbano ou rural, caso o referido valor tenha sido atualizado no ano fiscal imediatamente anterior; (Incluída pela Lei nº 2.786, de 1956)

d) não tendo havido a atualização a que se refere o inciso c, o juiz fixará independente de avaliação, a importância do depósito, tendo em vista a época em que houver sido fixado originalmente o valor cadastral e a valorização ou desvalorização posterior do imóvel. (Incluída pela Lei nº 2.786, de 1956)

§ 2º A alegação de urgência, que não poderá ser renovada, obrigará o expropriante a requerer a imissão provisória dentro do prazo improrrogável de 120 (cento e vinte) dias. (Incluído pela Lei nº 2.786, de 1956)

§ 3º Excedido o prazo fixado no parágrafo anterior não será concedida a imissão provisória. (Incluído pela Lei nº 2.786, de 1956)

§ 4º A imissão provisória na posse será registrada no registro de imóveis competente. (Incluído pela Lei nº 11.977, de 2009)

~~Art. 15-A No caso de imissão prévia na posse, na desapropriação por necessidade ou utilidade pública e interesse social, inclusive para fins de reforma agrária, havendo divergência entre o preço ofertado em juízo e o valor do bem, fixado na sentença, expressos em termos reais, incidirão juros compensatórios de até seis por cento ao ano sobre o valor da diferença eventualmente apurada, a contar da imissão na posse, vedado o cálculo de juros compostos. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.183-56, de 2001)~~

~~§ 1º Os juros compensatórios destinam-se, apenas, a compensar a perda de renda comprovadamente sofrida pelo proprietário. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.183-56, de 2001) (Vide ADIN nº 2.332-2)~~

~~§ 2º Não serão devidos juros compensatórios quando o imóvel possuir graus de utilização da terra e de eficiência na exploração iguais a zero. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.183-56, de 2001) (Vide ADIN nº 2.332-2)~~

~~§ 3º O disposto no **caput** deste artigo aplica-se também às ações ordinárias de indenização por apossamento administrativo ou desapropriação indireta, bem assim às ações que visem a indenização por restrições decorrentes de atos do Poder Público, em especial aqueles destinados à proteção ambiental, incidindo os juros sobre o valor fixado na sentença. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.183-56, de 2001)~~

~~§ 4º Nas ações referidas no § 3º, não será o Poder Público onerado por juros compensatórios relativos a período anterior à aquisição da propriedade ou posse titulada pelo autor da ação. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.183-56, de 2001) (Vide ADIN nº 2.332-2)~~

~~Art. 15-A. No caso de imissão prévia na posse, na desapropriação por necessidade ou utilidade pública e interesse social prevista na Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962, na hipótese de haver divergência entre o preço ofertado em juízo e o valor do bem fixado na sentença, expressos em termos reais, poderão incidir juros compensatórios de até doze por cento ao ano sobre o valor da diferença eventualmente apurada, contado da data de imissão na posse, vedada a aplicação de juros compostos. (Redação dada pela Medida Provisória nº 700, de 2015) Vigência encerrada~~

~~§ 1º Os juros compensatórios destinam-se apenas a compensar danos correspondentes a lucros cessantes comprovadamente sofridos pelo proprietário, não incidindo nas indenizações relativas às desapropriações que tiverem como pressuposto o descumprimento da função social da propriedade, previstas nos art. 182, § 4º, inciso III, e art. 184 da Constituição. (Redação dada pela Medida Provisória nº 700, de 2015) Vigência encerrada~~

~~§ 2º O disposto no **caput** aplica-se também às ações ordinárias de indenização por apossamento administrativo ou por desapropriação indireta e às ações que visem à indenização por restrições decorrentes de atos do Poder Público. (Redação dada pela Medida Provisória nº 700, de 2015) Vigência encerrada~~

~~§ 3º Nas ações referidas no § 2º, o Poder Público não será onerado por juros compensatórios relativos a período anterior à aquisição da propriedade ou da posse titulada pelo autor da ação. (Redação dada pela Medida Provisória nº 700, de 2015) Vigência encerrada~~

Art. 15-A No caso de imissão prévia na posse, na desapropriação por necessidade ou utilidade pública e interesse social, inclusive para fins de reforma agrária, havendo divergência entre o preço ofertado em juízo e o valor do bem, fixado na sentença, expressos em termos reais, incidirão juros compensatórios de até seis por cento ao ano sobre o valor da diferença eventualmente apurada, a contar da imissão na posse, vedado o cálculo de juros compostos. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.183-56, de 2001)

§ 1º Os juros compensatórios destinam-se, apenas, a compensar a perda de renda comprovadamente sofrida pelo proprietário. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.183-56, de 2001) (Vide ADIN nº 2.332-2)

§ 2º Não serão devidos juros compensatórios quando o imóvel possuir graus de utilização da terra e de eficiência na exploração iguais a zero. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.183-56, de 2001) (Vide ADIN nº 2.332-2)

§ 3º O disposto no **caput** deste artigo aplica-se também às ações ordinárias de indenização por apossamento administrativo ou desapropriação indireta, bem assim às ações que visem a indenização por restrições decorrentes de atos do Poder Público, em especial aqueles destinados à proteção ambiental, incidindo os juros sobre o valor fixado na sentença. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.183-56, de 2001)

§ 4º Nas ações referidas no § 3º, não será o Poder Público onerado por juros compensatórios relativos a período anterior à aquisição da propriedade ou posse titulada pelo autor da ação. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.183-56, de 2001) (Vide ADIN nº 2.332-2)

Art. 15-B Nas ações a que se refere o art. 15-A, os juros moratórios destinam-se a recompor a perda decorrente do atraso no efetivo pagamento da indenização fixada na decisão final de mérito, e somente serão devidos à razão de até seis por cento ao ano, a partir de 1º de janeiro do exercício seguinte àquele em que o pagamento deveria ser feito, nos termos do art. 100 da Constituição. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.183-56, de 2001)

Art. 16. A citação far-se-á por mandado na pessoa do proprietário dos bens; a do marido dispensa a da mulher; a de um sócio, ou administrador, a dos demais, quando o bem pertencer a sociedade; a do administrador da coisa no caso de condomínio, exceto o de edifício de apartamento constituindo cada um propriedade autônoma, a dos demais condôminos e a do inventariante, e, se não houver, a do cônjuge, herdeiro, ou legatário, detentor da herança, a dos demais interessados, quando o bem pertencer a espólio.

Parágrafo único. Quando não encontrar o citando, mas ciente de que se encontra no território da jurisdição do juiz, o oficial portador do mandado marcará desde logo hora certa para a citação, ao fim de 48 horas, independentemente de nova diligência ou despacho.

Art. 17. Quando a ação não for proposta no foro do domicílio ou da residência do réu, a citação far-se-á por precatória, se o mesmo estiver em lugar certo, fora do território da jurisdição do juiz.

Art. 18. A citação far-se-á por edital se o citando não for conhecido, ou estiver em lugar ignorado, incerto ou inacessível, ou, ainda, no estrangeiro, o que dois oficiais do juízo certificarão.

Art. 19. Feita a citação, a causa seguirá com o rito ordinário.

Art. 20. A contestação só poderá versar sobre vício do processo judicial ou impugnação do preço; qualquer outra questão deverá ser decidida por ação direta.

Art. 21. A instância não se interrompe. No caso de falecimento do réu, ou perda de sua capacidade civil, o juiz, logo que disso tenha conhecimento, nomeará curador à lide, até que se lhe habilite o interessado.

Parágrafo único. Os atos praticados da data do falecimento ou perda da capacidade à investidura do curador à lide poderão ser ratificados ou impugnados por ele, ou pelo representante do espólio, ou do incapaz.

Art. 22. Havendo concordância sobre o preço, o juiz o homologará por sentença no despacho saneador.

Art. 23. Findo o prazo para a contestação e não havendo concordância expressa quanto ao preço, o perito apresentará o laudo em cartório até cinco dias, pelo menos, antes da audiência de instrução e julgamento.

§ 1º O perito poderá requisitar das autoridades públicas os esclarecimentos ou documentos que se tornarem necessários à elaboração do laudo, e deverá indicar nele, entre outras circunstâncias atendíveis para a fixação da indenização, as enumeradas no art. 27.

Ser-lhe-ão abonadas, como custas, as despesas com certidões e, a arbítrio do juiz, as de outros documentos que juntar ao laudo.

§ 2º Antes de proferido o despacho saneador, poderá o perito solicitar prazo especial para apresentação do laudo.

Art. 24. Na audiência de instrução e julgamento proceder-se-á na conformidade do Código de Processo Civil. Encerrado o debate, o juiz proferirá sentença fixando o preço da indenização.

Parágrafo único. Se não se julgar habilitado a decidir, o juiz designará desde logo outra audiência que se realizará dentro de 10 dias afim de publicar a sentença.

Art. 25. O principal e os acessórios serão computados em parcelas autônomas.

Parágrafo único. O juiz poderá arbitrar quantia módica para desmonte e transporte de maquinismos instalados e em funcionamento.

~~Art. 26. No valor da indenização, que será contemporâneo da declaração de utilidade pública, não se incluirão direitos de terceiros contra o expropriado.~~

~~Parágrafo único. Serão atendidas as benfeitorias necessárias feitas após a desapropriação; as úteis, quando feitas com autorização do expropriante.~~

Art. 26. No valor da indenização, que será contemporâneo da avaliação, não se incluirão os direitos de terceiros contra o expropriado. (Redação dada pela Lei nº 2.786, de 1956)

~~Parágrafo único. Serão atendidas as benfeitorias necessárias feitas após a desapropriação; as úteis, quando feitas com autorização do expropriante.~~ (Redação dada pela Lei nº 2.786, de 1956)

§ 1º Serão atendidas as benfeitorias necessárias feitas após a desapropriação; as úteis, quando feitas com autorização do expropriante. (Renumerado do Parágrafo Único pela Lei nº 4.686, de 1965)

~~§ 2º Decorrido prazo superior a um ano a partir da avaliação, o Juiz ou o Tribunal, antes da decisão final, determinará a correção monetária do valor apurado. (Incluído pela Lei nº 4.686, de 1965)~~

§ 2º Decorrido prazo superior a um ano a partir da avaliação, o Juiz ou Tribunal, antes da decisão final, determinará a correção monetária do valor apurado, conforme índice que será fixado, trimestralmente, pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República. (Redação dada pela Lei nº 6.306, de 1978)

Art. 27. O juiz indicará na sentença os fatos que motivaram o seu convencimento e deverá atender, especialmente, à estimação dos bens para efeitos fiscais; ao preço de aquisição e interesse que deles auferir o proprietário; à sua situação, estado de conservação e segurança; ao valor venal dos da mesma espécie, nos últimos cinco anos, e à valorização ou depreciação de área remanescente, pertencente ao réu.

~~Parágrafo único. Se a propriedade estiver sujeita ao imposto predial, o "quantum" da indenização não será inferior a 10, nem superior a 20 vezes o valor locativo, deduzida previamente a importância do imposto, e tendo por base esse mesmo imposto, lançado no ano anterior ao decreto de desapropriação. (Revogado pela Lei nº 2.786, de 1956)~~

~~§ 1º A sentença que fixar o valor da indenização quando este for superior ao preço oferecido, condenará o desapropriante a pagar honorários de advogado, sobre o valor da diferença. (Incluído pela Lei nº 2.786, de 1956)~~

§ 1º A sentença que fixar o valor da indenização quando este for superior ao preço oferecido condenará o desapropriante a pagar honorários do advogado, que serão fixados entre meio e cinco por cento do valor da diferença, observado o disposto no § 4º do art. 20 do Código de Processo Civil, não podendo os honorários ultrapassar R\$ 151.000,00 (cento e cinquenta e um mil reais). (Redação dada Medida Provisória nº 2.183-56, de 2001) (Vide ADIN nº 2.332-2)

§ 2º A transmissão da propriedade, decorrente de desapropriação amigável ou judicial, não ficará sujeita ao imposto de lucro imobiliário. (Incluído pela Lei nº 2.786, de 1956)

§ 3º O disposto no § 1º deste artigo se aplica: (Incluído pela Medida Provisória nº 2.183-56, de 2001)

I - ao procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo de desapropriação de imóvel rural, por interesse social, para fins de reforma agrária; (Incluído pela Medida Provisória nº 2.183-56, de 2001)

II - às ações de indenização por apossamento administrativo ou desapropriação indireta. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.183-56, de 2001)

§ 4º O valor a que se refere o § 1º será atualizado, a partir de maio de 2000, no dia 1º de janeiro de cada ano, com base na variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do respectivo período. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.183-56, de 2001)

Art. 28. Da sentença que fixar o preço da indenização caberá apelação com efeito simplesmente devolutivo, quando interposta pelo expropriado, e com ambos os efeitos, quando o for pelo expropriante.

~~§ 1º O juiz recorrerá *ex officio* quando condenar a Fazenda Pública em quantia superior ao dobro da oferecida.~~

§ 1º A sentença que condenar a Fazenda Pública em quantia superior ao dobro da oferecida fica sujeita ao duplo grau de jurisdição. (Redação dada pela Lei nº 6.071, de 1974)

§ 2º Nas causas de valor igual ou inferior a dois contos de réis (2:000\$0), observar-se-á o disposto no art. 839 do Código de Processo Civil.

Art. 29. Efetuado o pagamento ou a consignação, expedir-se-á, em favor do expropriante, mandado de imissão de posse, valendo a sentença como título habil para a transcrição no registro de imóveis.

Art. 30. As custas serão pagas pelo autor se o réu aceitar o preço oferecido; em caso contrário, pelo vencido, ou em proporção, na forma da lei.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 31. Ficam subrogados no preço quaisquer onus ou direitos que recaiam sobre o bem expropriado.

~~Art. 32. O pagamento do preço será feito em moeda corrente. Mas, havendo autorização prévia do Poder Legislativo em cada caso, poderá efetuar-se em títulos da dívida pública federal, admitidos em bolsa, de acordo com a cotação do dia anterior ao do depósito.~~

Art. 32. O pagamento do preço será prévio e em dinheiro. (Redação dada pela Lei nº 2.786, de 1956)

§ 1º As dívidas fiscais serão deduzidas dos valores depositados, quando inscritas e ajuizadas. (Incluído pela Lei nº 11.977, de 2009)

§ 2º Incluem-se na disposição prevista no § 1º as multas decorrentes de inadimplemento e de obrigações fiscais. (Incluído pela Lei nº 11.977, de 2009)

§ 3º A discussão acerca dos valores inscritos ou executados será realizada em ação própria. (Incluído pela Lei nº 11.977, de 2009)

Art. 33. O depósito do preço fixado por sentença, à disposição do juiz da causa, é considerado pagamento prévio da indenização.

~~Parágrafo único. O depósito far-se-á no Banco do Brasil ou, onde este não tiver agência, em estabelecimento bancário acreditado, a critério do juiz.~~

§ 1º O depósito far-se-á no Banco do Brasil ou, onde este não tiver agência, em estabelecimento bancário acreditado, a critério do juiz. (Renumerado do Parágrafo Único pela Lei nº 2.786, de 1956)

§ 2º O desapropriado, ainda que discorde do preço oferecido, do arbitrado ou do fixado pela sentença, poderá levantar até 80% (oitenta por cento) do depósito feito para o fim previsto neste e no art. 15, observado o processo estabelecido no art. 34. (Incluído pela Lei nº 2.786, de 1956)

Art. 34. O levantamento do preço será deferido mediante prova de propriedade, de quitação de dívidas fiscais que recaiam sobre o bem expropriado, e publicação de editais, com o prazo de 10 dias, para conhecimento de terceiros.

Parágrafo único. Se o juiz verificar que há dúvida fundada sobre o domínio, o preço ficará em depósito, ressalvada aos interessados a ação própria para disputá-lo.

Art. 35. Os bens expropriados, uma vez incorporados à Fazenda Pública, não podem ser objeto de reivindicação, ainda que fundada em nulidade do processo de desapropriação. Qualquer ação, julgada procedente, resolver-se-á em perdas e danos.

Art. 36. É permitida a ocupação temporária, que será indenizada, afinal, por ação própria, de terrenos não edificadas, vizinhos às obras e necessários à sua realização.

O expropriante prestará caução, quando exigida.

Art. 37. Aquele cujo bem for prejudicado extraordinariamente em sua destinação econômica pela desapropriação de áreas contíguas terá direito a reclamar perdas e danos do expropriante.

Art. 38. O réu responderá perante terceiros, e por ação própria, pela omissão ou sonegação de quaisquer informações que possam interessar à marcha do processo ou ao recebimento da indenização.

Art. 39. A ação de desapropriação pode ser proposta durante as férias forenses, e não se interrompe pela superveniência destas.

Art. 40. O expropriante poderá constituir servidões, mediante indenização na forma desta lei.

Art. 41. As disposições desta lei aplicam-se aos processos de desapropriação em curso, não se permitindo depois de sua vigência outros termos e atos além dos por ela admitidos, nem o seu processamento por forma diversa da que por ela é regulada.

Art. 42. No que esta lei for omissa aplica-se o Código de Processo Civil.

Art. 43. Esta lei entrará em vigor 10 dias depois de publicada, no Distrito Federal, e 30 dias no Estados e Território do Acre, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 21 junho de 1941, 120º da Independência e 53º da República.

GETULIO VARGAS
Francisco Campos.

Este texto não substitui o publicado no DOU de 18.7.1941

*